

A segregação social aumentou? A metrópole parisiense entre a polarização e a mistura^{1*}

Edmond Préteceille^{2**}

Resumo

A idéia de que a segregação aumentou e de que ela se refere, antes de tudo, às categorias menos favorecidas faz parte de um senso comum que permeia os ambientes político, midiático e acadêmico. No entanto, a análise detalhada da distribuição de diferentes categorias sociais no espaço da metrópole parisiense mostra que são as classes superiores as mais segregadas e que a sua auto-segregação tem se intensificado. Dentre as categorias populares, as mais segregadas são as dos operários, cujos efetivos têm diminuído. Enquanto isso, a maior parte das categorias de empregados e das profissões intermediárias presenciam, ao mesmo tempo, uma segregação decrescente e um aumento de seus efetivos. Estas tendências gerais são o resultado de evoluções espaciais muito mais diversificadas que a dualização freqüentemente avançada. Elas traduzem-se em uma maior exclusividade nos espaços mais marcadamente burgueses, que se alargam, mas também nas evoluções diversificadas dos bairros populares operários, onde o empobrecimento social é uma modalidade minoritária, mas preocupante. Se a situação de mistura social mantém-se como a modalidade residencial mais freqüente para as classes médias e populares, o tecido social destes espaços é ameaçado pelo aumento do desemprego e da precariedade, que afetam de maneira crescente as próprias classes-médias.

Palavras-chave: segregação social, metrópoles, Paris, burguesia, empobrecimento social, auto-segregação.

Abstract

The idea that segregation has increased and that it refers mainly to the underprivileged is part of a common sense that prevails not only in the media, but also in the political and academic circles. Nevertheless, a detailed analysis of different social categories in the space of Parisian city shows that the upper classes are the ones more segregated and that their

1 * Este texto foi publicado pela Revista *Sociétés Contemporaines* (2006) n° 62 (p. 69-93)

2 * Diretor de Pesquisa OSN / CNRS SciencesPo, Paris. E-mail: edmond.preteceille@sciences-po.fr.

self-segregation has been intensified lately. Among the popular categories, the most segregated are the workers, who are fewer now in number whereas the intermediate categories of servants and intermediary professions are more in number and have experienced less segregation. These general trends are the result of special changes which are much more diversified than the duality usually described. They mean not only more exclusiveness in spaces described as bourgeois, but also a diversified evolution of popular neighborhoods of blue collar workers, where social impoverishment is a minority but a concerning reality. If the reality of social interrelation is kept more frequently for popular and middle classes, the social fabric of such spaces is threatened by the increase of unemployment and precariousness, which have increasingly affected the middle classes.

O simples fato de colocar a questão pode parecer estranho, já que a acentuação da segregação social, assim como da étnico-racial, parece uma evidência compartilhada na França. As eventuais divergências giram em torno apenas da análise de causas e dos meios de remediá-la. No entanto, o exame atento das obras de ciências sociais que desenvolvem tal tese, como dos textos políticos que buscam colocar em prática políticas anti-segregadoras, mostra a ausência quase total de validação empírica desta certeza.

Nem a Lei para a orientação da cidade, nem a Lei sobre solidariedade e renovação urbana, que defenderam com veemência a necessidade de desenvolvimento da “mistura social”, propuseram uma definição e um método de medida que permitiriam fundamentar o diagnóstico e avaliar a eficácia das políticas levadas a cabo. Contudo, desde os anos 50, as ciências sociais têm proposto e colocado em prática inúmeros métodos de medida da segregação, definida como a distribuição desigual de grupos sociais no espaço urbano¹. É verdade, porém, que as teses que mais ressoaram foram, sobretudo, aquelas que afirmavam evoluções fortes, ou mesmo dramáticas. A tese que mais influenciou as análises das grandes metrópoles, de quinze anos para cá, é a de S. Sassen sobre a “cidade global” (1991), em que o elemento maior é a idéia da dualização da cidade global como consequência de sua mutação econômica². Em sua obra, a autora ilustra sua tese ao colocar em evidência as evoluções contrastantes de certos espaços sociais, mas descarta a idéia de uma análise do conjunto da transformação da geografia social das três cidades que estuda, defendendo que as novas formas de polarização sócio-espacial seriam a prova de rupturas decisivas, que revelam o novo modelo sócio-econômico urbano (Sassen, 1991:251).

Do ponto de vista dos debates sociológicos internacionais sobre a evolução das grandes metrópoles, como do ponto de vista dos debates políticos franceses sobre segregação e mistura é, pois, útil a tentativa de responder à questão da eventual intensificação da segregação. Mas, como descrever empiricamente tal fenômeno, a fim de verificar se, de fato, ele se intensifica? É preciso, para tal, proceder de acordo com três escolhas metodológicas principais³. A primeira, parte das categorias sociais que são supostamente o objeto

de segregação, ou, de maneira mais ampla, desigualmente distribuídas no espaço residencial⁴. Discutiremos, aqui, categorias que permitem o estudo de segregações e que remetem às desigualdades sócio-econômicas, o que se entende, de maneira geral, por segregação social. As interrogações atuais sobre a segregação étnico-racial, que estão intimamente relacionadas com a segregação social, são também importantes nos dias de hoje. Contudo, elas requerem uma discussão teórica e metodológica específica, que será apresentada em outro artigo.

A segunda escolha trata dos espaços de estudo, sendo ela mesma dupla: escolha do conjunto espacial no seio do qual é analisada a distribuição das categorias sociais consideradas, e escolha das subdivisões de tal conjunto, que serão comparadas entre si. Trata-se de uma questão sociológica, antes que metodológica: qual é o conjunto que, supostamente, faz, ou deveria formar uma “sociedade”, e que diferenciações sócio-espaciais são capazes de comprometer a coesão? Neste contexto, qual é a escala de recortes espaciais que permite melhor compreensão das relações sociais entre as categorias pertinentes? Os debates sobre segregação partem, principalmente, do nível da cidade, a unidade econômica da aglomeração urbana, ou da metrópole, reunindo um conjunto de categorias que são, então, mais ou menos separadas pelo processo segregador⁵. Analisar a segregação em uma cidade supõe, portanto, a consideração e a comparação entre os subespaços, ou bairros desta cidade. Mas, que recorte sobre unidades residenciais, ou bairros, deve ser fixado? Discutiremos tal assunto mais adiante, apresentando diferentes resultados.

A terceira escolha metodológica é a dos métodos de análise estatística, com as quais buscar-se-á caracterizar a segregação. Os métodos utilizados na sociologia foram, essencialmente, aqueles dos índices e das tipologias⁶, que têm, imiscuídos, as vantagens e inconvenientes. Nós os utilizaremos de maneira complementar.

1. A segregação social aumentou na metrópole parisiense?

Na literatura sociológica americana, as análises empíricas em torno da segregação social são pouco numerosas, apesar da contribuição inicial de Duncan e Duncan (1995). As que existem utilizam, sobretudo, a caracterização pela renda e são pouco discutidas⁷. Trata-se de um efeito, sem dúvida, da tematização predominante das representações sociais a partir de divisões étnico-raciais e da rejeição das divisões de classe – mesmo se o termo é utilizado – pelo uso da variável renda, remetendo à idéia de uma hierarquia contínua que a mobilidade social permite percorrer e à ausência de uma categorização sócio-profissional utilizável (cf. Chauvel *et al.*, 2002). Poucos trabalhos de comparação internacional oferecem, além disso, respostas convincentes acerca das diferenças de categorização e método⁸, a maioria restringindo-se a comparações qualitativas⁹.

No caso da França, a questão da segregação é mais freqüentemente associada às po-

pulações pobres – concentradas em bairros desfavorecidos, marcados, em suma, pela exclusão social e exclusão urbana – e tem dado lugar a numerosos trabalhos monográficos. Contudo, um certo número de sociólogos, geógrafos e economistas propuseram análises empíricas sistemáticas da segregação sócio-econômica. Mencionaremos apenas, com relação à análise do conjunto do território, as tipologias de N. Tabard (1993, 2002) e, sobre a metrópole parisiense, os trabalhos de C. Rhein (1997, 1998a, 1998b), além dos nossos. Mas as teses que são mais freqüentemente evocadas pelas representações político-midiáticas dominantes, como as de J. Donzelot (1999, 2004), não se preocupam com a demonstração empírica, nem mesmo levam em conta os resultados destes trabalhos. A recente obra de E. Maurin (2004), cujos resultados e métodos serão discutidos mais adiante, constitui um caso diferente, pois ele pretendeu validar empiricamente a sua tese sobre o “gueto francês”.

Os índices – cujos mais simples e passíveis de interpretação mais intuitiva (a porcentagem de uma categoria que deveria se mudar para ter uma distribuição espacial semelhante à outra) são os índices de segregação e dissimilaridade (definição no Anexo) – permitem uma resposta sintética, com a condição de que as definições de categorias e os recortes espaciais sejam os mesmos nas diferentes datas.

Em trabalhos anteriores sobre a metrópole parisiense (Préteceille, 2000), utilizamos o recorte de distritos e de 80 bairros para Paris, recorte este o mais preciso possível, que era, ao mesmo tempo, estável temporalmente e compatível com a taxa de sondagem do recenseamento, a fim de utilizar categorias bastante detalhadas. Este recorte tem certas justificações sociológicas – os habitantes de um mesmo distrito têm acesso aos mesmos equipamentos e serviços municipais, pagam os mesmos impostos locais, votam pelas mesmas instituições locais etc. –, mas dois inconvenientes: as disparidades no que diz respeito ao tamanho dos distritos, que tornam as análises estatísticas mais frágeis, e o significativo tamanho de inúmeros distritos, que, em muitos casos, reúnem bairros muito diferentes no sentido sociológico. Em trabalhos mais recentes (Préteceille, 2003), utilizamos o recorte da metrópole em IRIS¹⁰, bairros com cerca de 2.000 habitantes, recorte este introduzido pelo INSEE para o recenseamento de 1999, que tem a dupla vantagem de permitir análises estatísticas mais robustas, pelo fato de haver uma homogeneidade maior de tamanho¹¹, e de identificar os bairros diferentes de um mesmo distrito. Mas todos os dados não se encontram disponíveis na escala dos IRIS para os pesquisadores.

As categorias utilizadas na análise foram as sócio-profissionais detalhadas, que cruzamos com os dados sobre desemprego e precariedade. A escolha desta variável corresponde à exploração da hipótese segundo a qual a posição dos ativos nas relações de trabalho – tal como descrita pela categoria social – e no interior do mercado de trabalho exerce um papel fundamental na definição das suas possibilidades, dos recursos e limitações quanto à localização residencial. A variável “categoria social” foi suficientemente validada por

numerosos trabalhos sociológicos, o que torna desnecessário o elogio de suas qualidades e superioridade diante da variável de renda, freqüentemente preferida pelos economistas, mas difícil de interpretar e distante da descrição das relações de trabalho (cf, por exemplo, Desrosières e Thévenot, 1998; Bihr e Pfefferkorn, 1995; e o dossiê da *Sociétés Contemporaines* n° 45-46). É importante, porém, utilizá-la em sua versão detalhada, em 31 colunas, pois uma parte do debate sociológico sobre a segregação social trata de diferenças entre as categorias que passam despercebidas, caso o investigador se contente com a categoria social agregada em 6 colunas, ou mesmo com o amálgama entre “categorias superiores e médias” que se opõe às “classes populares”, instrumento dualizador amiúde praticado. É também importante, na nossa opinião, enriquecê-la, considerando o desemprego e a precariedade do emprego, a fim de dar conta da modificação das identidades sociais, como resultado do aumento desses dois modos de fragilização da situação dos assalariados¹².

A partir destas escolhas metodológicas, calculamos os índices de segregação de diferentes categorias sócio-profissionais relativos aos recenseamentos recentes. Nos anos 90, cujos resultados são os mais robustos¹³, pode-se notar (tabela 1 em anexo) uma segregação maior para duas categorias superiores: os cargos administrativos e comerciais de empresa, além dos engenheiros e cargos técnicos de empresa que possuem emprego estável. Na outra extremidade da escala social, pode também ser notada uma segregação claramente maior para todas as categorias de operários e contra-mestres e para duas categorias de funcionários, para operários precários e desempregados e também para funcionários desempregados. Entre as duas, a segregação diminuiu para todas as profissões intermediárias (exceto os contra-mestres) e para a maior parte das categorias superiores, estas que são, aliás, as mais próximas das categorias médias, tanto pela renda, como pela posição hierárquica.

As categorias para as quais o aumento relativo do índice de segregação é entre 1990 e 1999 o mais forte (9% ou mais), são: quatro categorias operárias e funcionários administrativos de empresa. Em ambos os casos os efetivos sofreram drástica redução. Os contra-mestres, funcionários civis e agentes de serviço da função pública, além das outras categorias operárias, cujo índice de segregação também aumentou, ainda que não tão fortemente, testemunharam, igualmente, um declínio mais ou menos marcado de seus efetivos. Quanto ao conjunto das categorias populares, a crescente especificidade de sua distribuição residencial pode ser interpretada como uma diminuição de suas categorias, menos sentida nas zonas onde elas já se encontravam concentradas. Faremos objeção a esta interpretação, trazendo à discussão o caso dos operários com contrato de trabalho determinado, ou seja, temporários, cujos efetivos mantêm-se praticamente estáveis, e o dos desempregados exercendo algum tipo de trabalho, e operários, cujos efetivos apresentam a taxa de crescimento mais fraca dentre os desempregados.

Partindo desta hipótese, pode-se sublinhar, ao contrário, o caso das categorias populares, cujos efetivos apresentam um crescimento notável ou intenso: funcionários do

comércio, pessoal de serviços diretos prestados a particulares, funcionários com contrato de trabalho determinado, aprendizes, temporários. Para todos eles o índice de segregação decresce, com maior ou menor intensidade.

Neste mesmo sentido, a maior parte dos cargos e profissões intelectuais superiores e das profissões intermediárias, cujos efetivos aumentam, incluindo os profissionais com contrato de trabalho determinado e os desempregados, assistem à diminuição de seu índice de segregação. Há, no entanto, duas exceções notáveis no caso das categorias superiores¹⁴: os cargos empresariais e os engenheiros que possuem um emprego estável. Em ambos os casos, tanto os efetivos como o índice de segregação tiveram aumento.

A primeira resposta à questão inicial é, logo, que a segregação cresceu para os cargos empresariais, de um lado, e, de outro, para os operários e uma parte dos empregados. Mas, ela recuou para outras categorias de cargos e profissões intelectuais superiores, para as profissões intermediárias, salvo os contra-mestres, e para as categorias de funcionários, cujos efetivos sofreram um acréscimo.

Tal resposta é, contudo, insuficiente sob dois aspectos. De um lado, as variações de índice medem evoluções médias para o conjunto de situações urbanas e podem resultar de evoluções homogêneas, assim como de evoluções díspares que viram, por exemplo, a polarização social se acentuar fortemente em certos espaços e se reduzir em outros. Por outro lado, o caráter relativo da segregação social na metrópole parisiense – os valores dos índices são bastante fracos quando comparados aos da segregação étnico-racial nas cidades americanas, que podem ultrapassar 0,8 – permite pensar que as situações residenciais são aqui caracterizadas pela mistura entre categorias, cujos componentes e dosagens é importante reconhecer. Este é o interesse da utilização das tipologias, que permite caracterizar os perfis sociais típicos de diferentes espaços. Em seguida, iremos nos apoiar sobre os resultados das tipologias sócio-profissionais da metrópole parisiense que havíamos elaborado a partir dos dados dos recenseamentos de 1982 e 1999 (Préteceille, 2000, 2003).

2. As classes superiores: beneficiárias e motor da segregação

Em sua essência, o discurso de políticas públicas sobre a segregação social e boa parte da literatura de ciências sociais tratam a questão da segregação como algo que diz respeito aos pobres da cidade e à exclusão social e urbana. Contudo, o primeiro resultado que chama a atenção, quando se busca caracterizar empiricamente a segregação atual nas grandes cidades do mundo capitalista desenvolvido, é que a segregação mais forte é, antes, a das classes superiores.

Ainda é preciso poder identificar empiricamente estas classes, o que não é sempre fácil, e, em particular, distingui-las das classes médias, com as quais elas são, amiúde, confundidas. Nas categorias sócio-profissionais francesas, é sabido que as classes altas encontram-se, essencialmente, no seio das categorias sociais formadas pelos cargos e profissões intelectuais

superiores, ainda que boa parte destas pertençam, do ponto de vista do lugar que ocupam na distribuição de renda, do patrimônio e da posição hierárquica, às classes médias.

Para a metrópole parisiense, os índices de segregação mais fortes em 1982, 1990 e 1999, sejam eles calculados segundo os IRIS, ou distritos e bairros, referem-se aos empresários e profissionais liberais, assim como aos profissionais da informação, das artes e do espetáculo. Os cargos de função pública e os cargos de empresa têm índices menos fortes, mas pesquisas sobre grupos específicos, como as de M. Pinçon e M. Pinçon-Charlot (1989) sobre os membros dos grandes corpos da alta função pública, ou de grandes círculos, a de Y. Grafmeyer sobre o “Tout Lyon” (1992), ou a de P.-P. Zalio sobre a burguesia de Marseille (1999) mostraram a extrema concentração residencial dos grupos que pertencem à elite.

A segregação mais intensa é a das classes superiores e constitui um resultado que deveria chamar a atenção, visto que é antigo, estável e sistemático. No entanto, trata-se de um resultado sistematicamente ignorado. Neste sentido, inúmeras análises fazem das classes médias os atores principais, por sua “secessão”, do isolamento e do banimento das classes populares, mas não dizem absolutamente nada sobre as classes superiores. A tese de E. Maurin sobre o “separatismo generalizado” homogeneiza a contribuição de diferentes classes numa pesquisa sobre o desejo de estar entre iguais, que seria comum à todas, depois de ter, porém, notado que a segregação das classes superiores é a mais forte.

Contudo, esta auto-segregação das classes superiores é, do ponto de vista dos mecanismos de produção da cidade e da definição do acesso que os diferentes grupos sociais têm das localizações residenciais, de longe a mais estruturante para a hierarquização das desigualdades urbanas. De um lado, a apropriação por estas classes de melhores espaços urbanos para a sua residência, assim como para os espaços recreativos de suas empresas, tem como consequência, segundo a lógica da renda fundiária, uma elevação dos preços fundiários e imobiliários. Estes preços elevados tornam tais espaços rapidamente inacessíveis às categorias sociais menos favorecidas. Não é preciso ser ativamente racista e avesso a pobres, nem simplesmente racista a fim de evitar a presença de classes populares, pois neste caso a lógica de mercado é suficiente. É preciso, apenas, tomar cuidado para impedir decisões políticas que possam conduzir à implantação de habitações populares. Os elevados preços contribuem, lentamente, para o estabelecimento destas categorias sociais menos favorecidas em localizações menos desejáveis e constituem, como já mostraram os economistas fundiários, o princípio de hierarquização de preços, de difusão de movimentos de elevação e, portanto, da seletividade social das localizações residenciais deste modo hierarquizadas. Se os pobres se encontram (estatisticamente e na ausência de políticas públicas que venham a modificar esta lógica) relegados à localizações menos desejáveis, isto se dá pela cadeia de seleções sociais sucessivas das populações residentes, cujo primeiro elo se origina no coração dos belos bairros.

Na tipologia sócio-profissional dos bairros da metrópole parisiense que nós construímos para análise de 1999 (Préteceille 2003) e que descreve os contrastes sociais em 18 tipos reunidos em 3 grupos – espaços privilegiados, espaços médio-misturados, espaços popular-operários –, o caráter socialmente exclusivo de seis tipos do grupo de espaços privilegiados pode ser resumido pelo fato de eles somarem 46,5% dos cargos e profissões intelectuais superiores e autônomos¹⁵, contra, apenas 29% dos empregados e operários. Os dois tipos de bairros mais favorecidos são ainda mais exclusivos, com mais de 55% dos ativos em categorias superiores e menos de 25% nas categorias populares.

As categorias superiores não são as únicas a ter um peso importante nos espaços privilegiados, mas elas são aqui muito concentradas: 53% dos cargos e profissões intelectuais superiores aqui residem, contra 28% do conjunto dos ativos. Reencontra-se, então, aquilo que o índice de segregação revelara, de maneira sintética. Nenhuma outra categoria social se encontra de tal maneira concentrada nestes espaços em que as categorias superiores se fazem tão fortemente presente. Além disso, essas categorias raramente se encontram lado a lado com membros de classes populares, uma vez que vivem em espaços privilegiados; apenas uma minoria reside em outros tipos de espaço, nos quais vivenciam a “mistura social” – grupo dos tipos que essencialmente chamamos de médio-misturados, em que residem 39% dos cargos e profissões intelectuais superiores, que não somam mais do que 8% no terceiro e último grupo, ou seja, o dos tipos popular-operários. Ainda, é preciso acrescentar que a parte verdadeiramente superior dessas categorias reside quase que exclusivamente em espaços privilegiados, como mostraram os trabalhos anteriormente citados.

Ademais, como já foi visto em relação aos índices de segregação, a auto-segregação de uma parte das categorias superiores constituída pelos cargos empresariais tende a aumentar. Os resultados de análises de correspondência sobre a tabela de efetivos das categorias por IRIS em 1990 e 1999 indicam o mesmo fenômeno (cf. Préteceille, 2003:86-89): a parte da variação explicada pelo primeiro fator, que descreve a hierarquia social por uma bipolarização que opõe classes superiores, de um lado, e operários, do outro, se acentua (passando de 35,1% para 38,3%). Apenas duas categorias superiores, os quadros comerciais e administrativos de empresa e os engenheiros, viram a sua contribuição a este fator progredir, assim como a sua coordenada correspondente a uma posição mais extrema e, portanto, a uma distribuição mais distante da média.

A análise da evolução dos índices de dissimilaridade entre categorias precisa estes resultados: apenas três categorias sociais apresentam crescimentos significativos de seus índices de dissimilaridade com relação à todas as categorias sociais operárias, que são os profissionais liberais, os cargos administrativos e comerciais de empresa, além dos engenheiros e cargos técnicos de empresa (Oberti e Préteceille, 2003, tabela 3^a, p. 39 e 3b, p. 42)¹⁶.

Nos espaços que já eram privilegiados em 1990, a exclusividade intensificou-se um pouco mais, já que a única grande categoria de ativos que possuem um emprego estável e

que, aqui, progridem, é a dos cargos e profissões intelectuais superiores. Todas as outras categorias sociais sofrem, ao contrário, uma redução de seus efetivos.

A população ativa total destes espaços já privilegiados cresce pouco e a parte mais importante do aumento das categorias superiores ao longo dos anos 90 se deu em outro lugar¹⁷. Este crescimento fora dos espaços privilegiados não provoca, contudo, uma diminuição da segregação de tais categorias. Ela se dá, essencialmente, em dois conjuntos de tipos de espaço, bairros médio-misturados que em 1990 aburguesam-se intensamente, e bairros populares que, na mesma época, elitizam-se; mesmo se nos dois casos as categorias populares retrocedem sensivelmente, esta evolução aproxima, localmente, as categorias superiores das categorias populares e exerce uma influência no sentido de diminuir a segregação. Mas esta contribuição é mais do que compensada, de uma parte, pelo crescimento já assinalado da exclusividade dos espaços privilegiados e, de outra parte, pela evidente diminuição da presença de quadros empresariais nos espaços de classe média ou populares, que testemunharam uma resistência ou um crescimento do peso das categorias populares.

É difícil comparar estes resultados a outros, uma vez que a falta de categorias superiores no debate é característica da maioria das teses sobre a questão. A obra de E. Maurin merece uma atenção particular, já que é uma das únicas que procura argumentar empiricamente o seu ponto de vista acerca da segregação social, tratando-a no conjunto das categorias sociais no qual se inserem as categorias superiores. Se ele retoma com sucesso a idéia de que a segregação social começa a partir das categorias superiores, ele afirma, entretanto, que “a riqueza não é nem mais, nem menos concentrada sobre o território, do que há uma ou duas décadas” (Maurin, 2004: ____). Os resultados sobre os quais ele se apóia, contudo, parecem, antes, indicar o contrário, pois eles mostram um sensível aumento do indicador de segregação para os mais graduados, assim como um aumento, ainda que não tão significativo, para aqueles com maior renda¹⁸.

De fato, seus resultados não podem ser comparados aos nossos. A primeira razão deve-se ao campo geográfico diferente, ou seja, a França tomada como um todo, em contraposição à metrópole parisiense – sabe-se que as altas rendas estão profundamente concentradas na capital. A segunda razão deve-se ao fato de que ele utiliza categorias muito afins, o que dilui os cargos empresariais no conjunto dos cargos e profissões intelectuais superiores.

A terceira razão, a mais importante delas, deve-se à escala de recorte espacial escolhido. As unidades espaciais que o autor compara são pequenas vizinhanças de 30 a 40 habitações. Ora, tais unidades são da ordem de grandeza de um imóvel, ou terreno, em suma, de um conjunto residencial. Elas são, a meu ver, muito pequenas para tratar da questão da segregação, que se coloca ao nível do bairro – qualquer que seja o modo pelo qual se defina o bairro –, como discutimos anteriormente e como enfatiza a literatura internacional acerca da segregação. Acreditar que os conjuntos residenciais são socialmente bastante homogêneos é um resultado, acima de tudo, trivial, tendo em vista a homogeneidade dos preços e aluguéis, ou

das regras de taxaço no caso de um imóvel HLM, imóveis com aluguéis a preços módicos. Os resultados estabelecidos por E. Maurin não permitem, pois, nenhuma conclusão significativa acerca da segregação social na sociedade francesa, visto que as unidades espaciais por ele analisadas são demasiado reduzidas para o tratamento da questão.

Em conclusão, a auto-segregação das categorias superiores tende a se acentuar com relação às categorias populares, especialmente aquelas que constituem o conjunto no seio do qual se encontram a burguesia tradicional e a classe economicamente dominante – as profissões liberais e os cargos empresariais –, conjunto que possui as rendas mais elevadas. Esta tendência pode ser considerada como estando de acordo com o modelo teórico de S. Sassen¹⁹, o da dualização da cidade global, com o detalhe de que a auto-segregação daqueles que ocupam cargos de mais alta renda no setor financeiro, nas multinacionais e no setor empresarial, longe de ser um fenômeno novo e específico da “cidade global”, não faz mais do que prolongar e reforçar a tendência auto-segregadora da classe dominante diante da globalização – no caso de Nova Iorque, a mudança resulta do grande re-investimento residencial que se dá no centro da cidade, Manhattan, pelas categorias anteriormente mais interessadas pelos *suburbs*.

A tendência semelhante, que pode ser observada com relação aos profissionais da formação, das artes e do espetáculo, revela a mesma dinâmica da parte desta categoria que pertence à elite de alta renda. Entretanto, para outra parte, que é a mais numerosa e cujas rendas e posições hierárquicas são mais modestas, esta tendência revela, por sua vez, uma dinâmica distinta, que é a busca de posições residenciais centrais – ligadas à importância destas posições nas redes e na socialização profissional e aos vínculos entre práticas profissionais e práticas culturais –, mas distintas dos bairros burgueses tradicionais e de suas extensões.

Outras tendências divergentes devem, porém, ser sublinhadas, como a diminuição de segregação, com relação às categorias populares, das duas categorias superiores mais ligadas ao setor público e à média geral de renda – cargos de função pública, professores e profissionais literários e científicos. Trata-se de categorias ausentes do modelo de S. Sassen, que considera implicitamente o setor público e o *welfare state* como uma categoria residual, o que certamente não é o caso na França. Os modelos do “separatismo generalizado”, ou da “secessão das classes médias” são, pois, seriamente colocados em questão.

3. As classes populares e os bairros populares: evoluções diversas

Os operários constituem o segundo grupo social mais segregado, após as classes superiores, e estas segregações são complementares e opostas: a estrutura espacial de diferenças sócio-profissionais na metrópole parisiense, em 1999, é caracterizada, antes de tudo, por uma hierarquização de *status* dos bairros definido pela oposição entre categorias superiores e categorias operárias, ou seja, a estrutura de oposição de classe característica de cidades

capitalistas desde o século XIX. Este resultado encontrava-se já, com algumas diferenças, em nossa tipologia de comunidades da metrópole parisiense em 1982 (Préteceille, 2000), como em trabalhos conduzidos sobre períodos anteriores (Freysenet *et al.*, 1971; Rhein, 1994b), o que faz pensar que esta estrutura hierarquizada apresenta uma grande inércia histórica. A estrutura social atual do espaço urbano não poderia, assim, ser interpretada como o efeito direto das tendências isoladas mais recentes de reorganização da economia. Ela é, antes, a herança histórica dos efeitos dos movimentos de longo período da economia e da sociedade, cristalizadas, tanto nas estruturas materializadas do espaço construído, como nas formas sociais de valorização simbólica e de apropriação. É surpreendente notar até que ponto a oposição de classe herdada da sociedade industrial se mantém espacialmente estruturante, enquanto a economia da metrópole *francilienne* é, nos dias de hoje, amplamente dominada pelo setor terciário e o peso dos operários diminuiu drasticamente, não representando, em 1999, mais do que 16,5% dos ativos com emprego, contra 29,5% dos empregados, por exemplo.

Os operários são, dentre as categorias populares, aqueles que contribuem mais à oposição espacial em relação às classes superiores: o conjunto das categorias operárias contribuía para 33% referente ao primeiro fator da análise de correspondência sobre a tabela da distribuição de ativos pelo IRIS em 1990, contra 7% para o conjunto de empregados. Contudo, a contribuição dos operários que possuem um emprego estável diminuiu drasticamente entre 1990 e 1999, de 25% a 19%, enquanto a contribuição de operários precários e desempregados aumenta, de 8% a 10%. Além disso, a contribuição de empregados também aumenta, de 7% a 10%, essencialmente pelos empregados de função pública, pelos precários e desempregados, as três categorias de empregados mais segregadas e mais próximas, espacialmente, dos operários.

Os contrastes sociais mais fortes escapam de uma oposição bipolar entre classes superiores e operários a uma oposição entre classes superiores e meios populares dominados por operários e muito marcados pela precariedade e desemprego. Esta evolução confirma, em parte, o modelo de Sassen, pelo peso crescente de precários do setor terciário; confirma apenas em parte, pois a contribuição dos operários permanece predominante e, dentre os empregados, o pessoal de serviços diretos prestados a particulares, que correspondem a uma parte do novo proletariado terciário da cidade global em curso de dualização de acordo com este modelo, testemunharam a diminuição sensível de sua segregação.

No entanto, esta acentuação da bipolarização entre classes populares e classes superiores não seria associada a um movimento de dualização que reagruparia estes dois conjuntos sociais em espaços distintos, com o aprofundamento do abismo entre bairros ricos e bairros mais ricos ainda – o que é o caso –, e bairros pobres e mais pobres ainda –, o que não é sistematicamente o caso, nem para o abismo, nem para os bairros pobres, salvo parcialmente.

Remarquemos, antes de tudo, que, contrariamente às categorias superiores, as cate-

gorias populares não residem, majoritariamente, nos espaços onde elas são predominantes. No grupo de tipos popular-operários, que englobam os bairros onde os operários são claramente super-representados, encontramos, em 1999, 44,6% dos operários, e 31,5% dos funcionários com emprego estável. As proporções são da mesma ordem para os operários e empregados precários e apenas os operários desempregados residem majoritariamente (52%) em tais espaços. Um pouco mais da metade dos operários reside, portanto, em espaços que não são tipicamente operários: 44% residem em espaços tipicamente de classe média e 12% em espaços privilegiados. O mesmo ocorre para mais de dois terços dos funcionários: 48% residem em espaços tipicamente de classe média e 20% em espaços privilegiados.

Quanto à dinâmica de evolução residencial de categorias populares, pode-se dizer que ela é bastante diversa, segundo os tipos de espaço e de trajetória dos bairros:

- os operários retiram-se drasticamente, como já visto, dos espaços superiores, onde eles já eram pouco numerosos, e dos bairros médio-misturados, em curso de aburguesamento. Tal fenômeno diz respeito à 11,5% dos operários com emprego estável em 1990.
- Em uma parte dos bairros médio-misturados e dos bairros popular-operários, onde a mistura social se mantém ou é reforçada pela presença das classes médias (profissões intermediárias e categorias públicas superiores), o número de operários diminui menos do que a média, ou apenas ligeiramente mais. Isto concerne 53,3% dos operários em 1990.
- Finalmente, há bairros, sobretudo popular-operários, onde a presença dos operários recua um pouco mais do que a média. No entanto, todas as outras categorias de ativos com emprego estável, as categorias superiores aos empregados, apresentam, aqui, a diminuição, mais ou menos intensa, de seus efetivos. De maneira intensa progride, aqui, apenas o número de precários e desempregados: 32,6% dos operários aí residiam em 1990. As tendências são semelhantes, mas menos contrastantes, para os empregados, cuja distribuição espacial é menos polarizada do que a dos operários.

Se olharmos mais detalhadamente a evolução apenas dos bairros popular-operários, constataremos que estes podem ser classificados, no período de 1999-2000, segundo quatro grandes modalidades de mudança de perfil. A primeira é a dos bairros em curso de “elitização”, já mencionados. Eles abrangem, em 1990, 10,6% da população ativa da metrópole, 11,4% dos operários e 11,5% dos empregados. Tais bairros perderam um pouco mais de operários do que a média (-28% contra -26%) e mais ainda de empregados (-8% contra -5%). No entanto, ganharam numerosas categorias superiores e profissões intermediárias, em ambos os casos em torno da média do crescimento total que se deu na

metrópole. Estes bairros presenciaram, ainda, um crescimento de precários e desempregados praticamente conforme a média. Como a densidade relativa dos operários baixou um pouco, de acordo com a média, enquanto a das categorias superiores e de profissões intermediárias progrediu e ultrapassou a média, a evolução de tais bairros contribuiu para a diminuição da segregação entre estas categorias. Unicamente os operários são aqui sub-representados.

A segunda modalidade é a dos bairros popular-operários que viram um crescimento notável de categorias médias e precárias. Eles somavam, em 1990, 16% da população ativa, 22% dos operários e 17% dos empregados. As profissões intermediárias tiveram um crescimento de 15%, os cargos de liderança de 10% e os empregados 5%. Enquanto o número de operários teve um aumento abaixo da média, 27%, o de precários aumentou conforme a média (50%) e o dos desempregados cresceu menos do que a média (24%). Em 1999, os operários eram aqui ainda claramente super-representados (densidade relativa 133), enquanto os cargos de liderança eram sub-representados (61). A diferença, contudo, se reduziu. Nestes bairros que permanecem populares, tornando-se mais misturados, a contribuição se deu também no sentido da diminuição da segregação dos operários com relação aos cargos de liderança e, sobretudo, com relação às profissões intermediárias, cuja densidade foi, juntamente com a dos empregados, a que mais progrediu.

A terceira modalidade é caracterizada pelo recuo dos cargos empresariais, o aumento da precariedade, mas também pela resistência dos operários. Este conjunto somava, em 1990, 10,5% da população e 12,1% dos operários. Como o número de operários aqui diminuiu, claramente menos do que a média, enquanto o de empregados aumentou (4%, em contraposição a uma baixa média de -5%), estas duas categorias sociais testemunham uma sensível progressão de sua densidade relativa. Por sua vez, a densidade relativa das profissões intermediárias que pouco cresceram se manteve estável e a dos cargos de liderança diminuiu. Já o número de precários e desempregados progride nesta modalidade, mas não tanto como a média. No total, os bairros deste tipo apresentam, em 1999, ainda uma certa mistura social, mesclando ambientes populares, nos quais os ativos com emprego estável se mantêm predominantes, e profissões intermediárias. Todavia, a contribuição para a segregação em relação às categorias superiores se intensifica.

A quarta e última modalidade é marcada pelo recuo de todas as grandes categorias de ativos com emprego estável, dos mais altos cargos de liderança aos operários. Ela agrupava, em 1990, 21% da população ativa, e 30,5% dos operários. Unicamente o número de precários e desempregados progride aqui – no caso dos primeiros, o aumento se dá abaixo da média e, no caso dos segundos, claramente acima. Já a progressão entre os desempregados se dá, sobretudo, com relação às classes populares: este tipo responde por 40% da progressão de desempregados que nunca trabalharam, 46% dos desempregados exercendo algum tipo de trabalho, e 73% dos operários desempregados. Quanto às categorias de ativos, que possuem

um emprego estável, pode-se observar maior decréscimo com relação aos cargos de empresa e engenheiros, às profissões intermediárias de empresa, os técnicos e contra-mestres, aos empregados administrativos de empresa e aos operários qualificados. São, pois, antes os assalariados qualificados de empresa, dos cargos de liderança aos operários, que abandonam esses bairros. Já nos outros casos, dos instrutores e funcionários de serviços de função pública, observa-se um sensível recuo, enquanto os que ocupam cargos públicos, os professores e profissionais intermediários da saúde e do trabalho social mantêm-se estáveis. As duas únicas categorias sociais que progridem notavelmente são a dos funcionários de comércio e, sobretudo, o pessoal de serviços prestados diretamente a particulares.

Estes bairros correspondem à imagem predominante dos bairros em dificuldade, marcados pela precariedade e desemprego. A taxa de desemprego atinge, em 1999, a marca de 19%. Do conjunto total da metrópole encontram-se aqui 31% dos desempregados exercendo algum tipo de trabalho, 39% dos operários desempregados e 36% dos desempregados, que nunca antes trabalharam.

A análise que nós fizemos revela, todavia, algumas nuances com relação a esta imagem. Não são as classes médias, em geral, que abandonam estes bairros, mas, antes, aqueles que ocupam quadros empresariais e com eles as outras categorias qualificadas das empresas. A partida destes não provoca a transformação deste conjunto em guetos, onde não se encontraria nada além de que excluídos: precários e desempregados representam aqui 29% dos ativos, mas operários e funcionários com emprego estável somam 44%, enquanto cargos e profissões intermediários de emprego estável somam 23%. Enfim, embora os operários sejam menos numerosos que os empregados, estes bairros continuam os mais operários de todos: a questão social não se encontra, pois, tão destacada como se pode dizer da questão operária, que persiste.

Se é preciso afinar a visão corrente demasiado catastrófica sobre os bairros onde quase todos os ativos seriam desempregados, não se deve, no entanto, considerar este caso de empobrecimento como negligenciável, ou sem importância. Com 19% de desempregados (contra 11,6 %, em média) e 12% de precários, quase um terço dos ativos convivem nestes bairros com uma situação mais ou menos difícil, que se degrada. Tais números se elevam a 40% se acrescentarmos a eles os funcionários do comércio e de serviços prestados a particulares, que são freqüentemente submetidos a condições de trabalho e remuneração muito medíocres; e, se os altos cargos não estão daqui totalmente ausentes, eles claramente diminuíram e não representam mais do que 5% dos ativos. Estes bairros têm, pois, um perfil social que se afasta de maneira evidente da média, pelo peso das categorias mais fracas no que diz respeito à qualificação e renda, e que se degrada pelo aumento do desemprego e da precariedade. Trata-se de uma evolução residencial difícil, que concerne 21%, ou um pouco mais que 1/5 dos membros das categorias populares. Evolução ainda mais impressionante, na medida em que se produz em uma metrópole que, em seu

conjunto vê o perfil social de sua população ativa deslocar-se em direção às categorias de *status* e qualificação mais elevada, mas em que 1,6 milhões de habitantes, de um total de 11, são mantidos alheios a esta progressão e são particularmente expostos ao desemprego e à precariedade.

A evolução da situação residencial das classes populares em seu conjunto é, assim, bem mais diversificada que o proposto pelo esquema da dualização – que não vê mais do que o seu abandono em bairros populares empobrecidos –, ou mesmo pelo seu complemento através da elitização – que acrescenta a expulsão de classes populares dos antigos bairros populares centrais, hoje em dia revalorizados. Pode-se mesmo dizer que a situação de “mistura social”, ou seja, de coabitação com categorias médias e superiores, é a modalidade residencial mais freqüente para as categorias populares e que ela não se reduziu – salvo para a presença de categorias populares nos espaços mais privilegiados. Entretanto, o caso de bairros populares, onde há forte progressão do desemprego e da precariedade, também é uma modalidade importante, que diz respeito a 1/5 dos ativos da metrópole.

4. As classes médias: aceleradores ou freios da dualização?

Hoje em dia a tese mais difundida é a da acentuação da segregação, como efeito de um distanciamento voluntário das classes médias, que fogem da coabitação com as classes populares. Esta tese foi, de início, amplamente desenvolvida nos EUA por inúmeros autores na análise do *white flight*, e depois ampliada por W. J. Wilson (1987) em sua leitura sobre a crise do gueto negro como resultado, em parte, da saída de classes médias negras, e por M. Davis (1992) em sua análise sobre Los Angeles e as *gated communities*.

Na França, o processo de transformação da população de grandes conjuntos habitacionais sociais foi analisada desde o fim dos anos 70 como o resultado do círculo vicioso da partida de classes médias movida pela aquisição de propriedade e do aumento das categorias pobres e de imigrantes que as substituem. Tal análise foi reforçada por J. Donzelot e M.-C. Jaillot em sua tese sobre a “secessão das classes médias” (Donzelot, 1999; Jaillot, 1999), que retomou a hipótese de W. J. Wilson de um distanciamento da pobreza e da precariedade por parte das classes médias desejosas de se protegerem dos riscos da coabitação com as classes populares pobres. Ela é, mais recentemente, como já visto, retomada por E. Maurin (2004) com a sua tese sobre o “separatismo social”.

Se considerarmos as profissões intermediárias, que constituem o núcleo central das classes médias na divisão das categorias sociais do INSEE, estas são as categorias que têm, após os empregados, o índice de segregação mais fraco, sendo apenas ligeiramente superior ao destes. Todos os seus índices de segregação diminuíram entre 1990 e 1999, com exceção dos contra-mestres²⁰ (tabela 1), como diminuíram os índices de duas categorias superiores que somam uma proporção majoritária de ativos aproximados da média pela renda e posição hierárquica: os cargos da função pública e os professores literatos e científicos.

Em suma, as classes médias são, com todos os empregados, as categorias menos concentradas espacialmente, o que pode ser notado na distribuição das categorias sociais segundo os tipos de espaços residenciais, estando as profissões intermediárias presentes em todos os tipos de espaços, com sua presença nestes espaços sendo pouco diferente de sua presença no conjunto total, exceto nos tipos extremos, ao lado dos tipos superiores, ou dos tipos popular-operários. O grupo de espaços que acolhe a parte relativa mais importante da população ativa (45%) é o de tipos médio-misturados, os menos polarizados, nos quais nenhuma das grandes categorias é dominante, e onde elas são todas presentes, com presença variável, mas sempre significativa, tendo as profissões intermediárias aqui, certamente a densidade relativa mais forte, ainda que ela se mantenha moderada²¹.

As variações dos índices de dissimilaridade (Oberti e Préteceille, 2003, tabela 3^a, p. 39) mostram que as profissões intermediárias se afastaram das categorias superiores das empresas, e se aproximaram, ao contrário, dos cargos de função pública e dos professores e profissionais literatos e científicos, assim como dos empregados. Quanto à sua proximidade com os operários, remarquemos, primeiramente, que as profissões intermediárias são mais próximas deles do que de cargos de lideranças. As evoluções que lhe dizem respeito são mais discordantes: o índice de dissimilaridade aumenta com relação a todas as categorias operárias, desempregados e precários incluídos, para os instrutores, e com relação a todas as categorias, salvo uma, para as profissões intermediárias de empresa e os contra-mestres; ele aumenta sensivelmente apenas em dois casos a cada oito para as profissões intermediárias da função pública e para os técnicos, diminuindo claramente em três casos; diminui em seis casos a cada oito para as profissões intermediárias da saúde e do trabalho social; quanto aos cargos da função pública e aos professores, os índices diminuem em cinco casos e aumentam em sete com relação aos operários precários, sendo quase estáveis com relação aos operários desempregados (*idem*, tabela 3b, p. 42). Com exceção do caso das profissões intermediárias de empresa e de contra-mestres, e dos instrutores, que se afastam um pouco de todos os operários (mantendo-se bastante próximos uns dos outros), as outras categorias médias se aproximam um pouco de certos operários e se afastam um pouco de outros, sem que haja, para nenhuma delas, um afastamento com relação aos operários precários e desempregados – contrariamente aos cargos empresariais para os quais o afastamento é forte e sistemático, como já visto.

No total, pode-se afirmar, portanto, que, ao contrário das teses evocadas, as classes médias se aproximaram ligeiramente das classes populares. Contudo, esta sensível aproximação é lá ainda um resultado médio de evoluções variáveis segundo os tipos de espaços e de mudanças de perfis.

Nos espaços privilegiados, se o peso das profissões intermediárias, entre 1990 e 1999, diminuiu, os seus efetivos tiveram, no entanto, apenas uma ligeira redução (-1,5%), en-

quanto os dos operários sofreram uma drástica redução (-33%). A evolução destes espaços provocou um acréscimo da distância entre profissões intermediárias e operários. O mesmo vale para os espaços médio-misturados, onde as categorias superiores progrediram de maneira geral, intensa ou moderadamente.

Os espaços popular-operários em curso de empobrecimento social contribuem assim para o crescimento da distância entre profissões intermediárias e operários, já que as profissões intermediárias perdem aqui 25.000 ativos sobre 196.000, e os operários 73.000 sobre 268.000. Certamente, o recuo relativo de profissões intermediárias é menos intenso e, portanto, o peso relativo das profissões intermediárias com relação aos operários (tratando-se de ativos estáveis) aumenta, o que mostra que se está longe da deserção massiva destes bairros por parte das classes médias. Mas, como as profissões intermediárias se multiplicam sensivelmente no conjunto da metrópole, esta evolução contribui, apesar de tudo, para aumentar a dissimilaridade.

Se, no total, as classes médias se aproximam um pouco dos operários, isto se dá pelo fato de elas se aproximarem deles mais sensivelmente em outros tipos de espaços, que são, ou espaços de classe médio-misturados, cujo perfil social se manteve ou foi ligeiramente modificado pelo aumento do peso das classes populares precárias e dos desempregados, ou espaços populares, onde o peso de classes médias e eventualmente superiores se reforçou – o que compreende, ainda que não unicamente, o subconjunto dos bairros populares em curso de elitização.

As classes médias se aproximam dos operários não somente espacialmente, mas também do ponto de vista das suas condições de emprego, pelo forte aumento da precariedade e do desemprego. Se os ativos das profissões intermediárias com emprego estável tiveram um aumento de 3,4% entre 1990 e 1999, o número de precários destas profissões cresceu 113% e o dos desempregados 73% – o maior crescimento de todas as categorias sociais de assalariados, bem maior do que o dos operários (20%) e dos empregados (24%).

E esta precarização crescente das classes médias não diz respeito apenas àquelas que residem nos espaços popular-operários. Se, nestes espaços, o número de precários de profissões intermediárias teve um aumento de 125% e o dos desempregados de 81%, nos espaços médio-misturados a progressão é de 105% para os precários, e de 69% para os desempregados. E as taxas são um pouco menos elevadas apenas para aqueles que residem nos espaços superiores.

Conclusão: fragilização social e espacial

A tese da dualização associada ao modelo da cidade global é, portanto, inadequada para dar conta da evolução de uma metrópole onde as classes médias tornam-se mais numerosas e onde os bairros de perfil médio-misturados, que acolhem 45% da população, não se encontram, de forma alguma, em vias de desaparecimento. Para retomar a versão figurada do debate lançado há quase vinte anos por R. Pahl (1988), entre a ampulheta que representa a dualização e o pião que representa o aumento das classes médias, pode-se dizer que a estrutura social da metrópole parisiense está, antes, de acordo com o pião. Mas esta se deforma: ela se alonga, ao mesmo tempo em que sua cabeça se incha e o seu pé se retrai. Em termos de categorias sociais, há um crescimento das categorias superiores e médias, e uma reestruturação das categorias populares pela terceirização (que não provoca, no entanto, o desaparecimento dos operários). Em termos espaciais, há a manutenção de uma proporção importante de bairros misturados; mas há também um inchaço do número de bairros que acolhem cada vez mais exclusivamente as categorias superiores, em particular os cargos empresariais que se afastam das categorias populares e dos imigrantes; e há um aumento das distâncias que concernem os bairros mais populares, dos quais uma minoria significativa se encontra presa a um movimento de empobrecimento social mais ou menos intenso, que a afasta sensivelmente do perfil dos espaços médio-misturados, mas que a afasta consideravelmente do perfil dos bairros privilegiados. Há, portanto, ao mesmo tempo uma manutenção de uma parte central misturada da distribuição sócio-espacial e um aumento da distância social entre os dois extremos desta distribuição.

O aumento e a exclusividade reforçada dos bairros de classes superiores constituem uma questão na qual pode ser verificado um dos componentes do modelo da cidade global, na medida em que esta auto-segregação crescente das categorias superiores pode ser pensada como fortemente alimentada pela subida dos lucros financeiros, que são o núcleo central da globalização econômica neoliberal e de sua concentração privilegiada em certas grandes cidades, tanto pelas altas rendas, como pelas evoluções do mercado fundiário e imobiliário que esta dinâmica econômica produz.

Há, contudo, dois detalhes importantes a serem acrescentados. Por um lado, este processo não se dá na metrópole parisiense, tanto pela criação de novos espaços distintos das classes superiores tradicionais, quanto pelo reforço e extensão dos espaços burgueses tradicionais levados à cabo por novas categorias de cargos que se juntam às classes superiores. Por outro lado, este processo parece ultrapassar, em grande medida, os cargos de finanças ou os de serviços avançados às empresas – centro do modelo econômico da *global city* –, referindo-se à maior parte dos cargos empresariais. Mais do que explicar esta evolução apenas por meio das altas rendas dos cargos de um setor ligados às exigências “técnicas” – o paradoxo da globalização financeira, cujos limites de tempo e necessidade

de encontros cara a cara exigem locais residenciais próximos e centrais –, pode-se arriscar a hipótese mais ampla de um processo de incorporação por parte dos cargos empresariais do “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 1999) em sua vida pessoal e em suas práticas residenciais, como são obrigados os atores principais e os subordinados em suas práticas profissionais, como foram instruídos ao longo de seus estudos nas grandes e não tão grandes escolas, nos ciclos de formação dos administradores e dos “recursos humanos” etc. Este estreitamento dos cargos empresariais no espaço social das classes superiores mostra um movimento espacial inverso do movimento social observado por H. Mendras (1988) que via, entre 1965 e 1984, a “galáxia” dos cargos se autonomizar e se aproximar de outras categorias médias no seio da nova “constelação central”. Ele parece, aliás, ir mais além no sentido da acentuação das diferenças entre cargos privados e cargos públicos e professores, o que assinalavam, ao mesmo tempo, F. de Singly e C. Thélot (1988).

Escrutinemos, entretanto, esta análise ao destacar ser o movimento aqui comentado. Não é preciso enfatizar o traço, concluindo-se que a separação da constelação central e o agrupamento da galáxia dos cargos empresariais com a constelação das classes superiores já tiveram lugar.

A evolução das classes superiores em direção a uma auto-segregação crescente e dos belos bairros em direção à uma exclusividade reforçada são, certamente, um elemento de fragilização da coesão social, pelo distanciamento crescente, em todos os sentidos do termo, que se aprofunda, assim, entre as classes superiores mais ligadas ao poder econômico e, em boa parte, ao poder político e as outras classes sociais, a começar pelas classes populares. Sabe-se que esta evolução é congruente com o questionamento, por parte destas classes superiores, das formas de solidariedade e de redistribuição estabelecidas pelas políticas públicas através de uma progressiva fiscalização, somada a políticas sociais desenvolvidas. Encontra-se, aliás, no plano espacial a mesma evolução política em direção à recusa da solidariedade para com as classes populares, na repetida oposição de inúmeros representantes locais das comunidades burguesas às disposições da lei SRU (Lei de Solidariedade e Renovação Urbana) em princípio contrários à construção de habitações sociais, assim como nas decisões de se manter entre iguais, decisão esta favorecida pela definição de comunidade de comuns, ou de aglomeração, de modo a evitar a obrigação de gerenciar a redistribuição fiscal local em favor de comunidades de perfil social mais popular e de ter de compartilhar seus problemas sociais.

A tese da secessão das classes médias e a do “separatismo generalizado” são, elas também, claramente invalidadas pela tendência à aproximação espacial das classes médias com as classes populares. Tal aproximação não é, simplesmente, o efeito automático do crescimento numérico dessas classes médias, o que implicaria sua difusão, como o mostra o contra-exemplo dos cargos empresariais. Não se trata, tampouco, de um simples efeito da diminuição do nível de renda, que obrigaria estas classes a coabitar com as classes po-

pulares na falta de algo melhor, pois a diferença de nível de renda entre esses dois grupos é devesas significativa para poder ser traduzida em hierarquizações residenciais, segundo uma pura lógica de mercado. Pode-se, pois, pensar esta proximidade residencial ligeiramente reforçada como o efeito de processos ligados às trajetórias sociais dos membros de classe média e, ao mesmo tempo, às suas representações das relações sociais e da coesão social. Uma boa parte dos membros das classes médias é, de fato, ela mesma proveniente das classes populares, de onde partem pela mobilidade social ascendente. Contrariamente à idéia corrente na sociologia da primeira metade do século XX, já questionada por H. Mendras (1988) há mais de quinze anos, tais membros não procuram mais afirmar sistematicamente sua nova posição pela nítida separação com a classe popular de origem, nem suas ambições pela imitação das categorias superiores. Ao contrário, conservam uma percepção, ao menos parcialmente positiva, de suas ligações com as classes populares, assim como uma adesão aos valores de solidariedade social.

A manutenção da mistura social entre classes médias e classes populares não se dá, entretanto, sem tensões, movimentos contraditórios e dificuldades. O primeiro movimento contraditório diz respeito às profissões intermediárias das empresas, cuja singularização, como vimos, se estabelece por uma crescente distância com relação à praticamente todas as categorias populares. Tal movimento não é menos marcado apenas para os cargos empresariais e claramente oposto à evolução da maioria das outras profissões intermediárias. Pode-se pensar que esta divergência resulta também de uma divergência nas evoluções dos níveis de renda e dos valores com relação às outras categorias médias que estão mais ligadas ao setor público ou às atividades que não se encontram no centro da economia capitalista.

O segundo movimento contraditório refere-se à relação das classes médias com a minoria dos bairros populares, que são mais pobres socialmente e que oferecem, sem dúvida, as mais difíceis condições de vida, quer se trate de escola, de segurança no espaço público, ou da degradação habitacional. É nestes bairros, seguindo o que se dá primordialmente nos bairros mais nobres, que a segregação cresce e onde a coesão social é mais seriamente colocada em risco.

Para onde vão os membros das classes médias que deixam estes bairros mais precários? As oscilações de efetivos de acordo com os tipos de bairros levam a pensar que eles se dirigem essencialmente para os bairros que se mantêm misturados, sejam eles médios, ou popular-operários. Com exceção de uma minoria, eles não se dirigem para segregados bairros periférico-urbanos das classes médias. O bairro periférico-urbano é, de fato, frequentemente evocado como o modo por excelência da secessão. Mas a maioria dos tipos periférico-urbanos de nossa tipologia de bairros²² é do tipo misturado, onde as classes populares são bastante presente.

Enfim, uma tensão comum atravessa os espaços médio-misturados e os espaços populares, afetando as profissões intermediárias, como a dos empregados e dos operários: é

a forte progressão do desemprego e da precariedade que fragiliza o conjunto dessas categorias. A identificação dos problemas sociais próprios dos bairros excluídos leva a pensar que, fora destes, não existem problemas. Nos espaços médio-misturados que se mantêm como tais, e na parte socialmente não empobrecida dos bairros populares, deduz-se, então, da ausência de segregação, ou de seu caráter moderado, a ausência de dificuldades sociais. Nos parece, ao contrário, que a falta de problemas agudos de segregação e a mistura, em alguma medida, realizada não impedem, de forma alguma, a existência de problemas crescentes que levam à fragilização do conjunto das categorias populares e médias. Como escreveu há mais de dez anos R. Castel (1995:409), “o problema atual não consiste apenas na constituição de uma ‘periferia precária’, mas também na desestabilização dos estáveis”: pode-se aplicar tal observação à fragilização dos processos de coesão espacial nos espaços onde a coabitação entre classes médias e classes populares contribui para a “estabilidade”.

Esta fragilização refere-se, antes de tudo, à situação de mistura das diferentes categorias: os operários, em primeiro lugar, pois mesmo que sejam qualificados e possuam um emprego estável, este emprego é estruturalmente fragilizado pelo processo de desindustrialização da região; e os empregados pouco qualificados, no comércio ou no serviço prestado a particulares, que são os mais tocados pela precariedade, pela jornada de trabalho imposta, pelos baixos salários e as más condições de trabalho.

Trata-se também de uma fragilização de suas relações, dos equilíbrios e trocas sociais, que como tal se estabeleceu. A fragilização pode provocar mobilizações locais, que explicitam e reforçam as solidariedades entre diferentes categorias sociais. Mas ela pode igualmente, em função de contextos sociais e políticos, gerar movimentos inversos de fracionamento e separação, resultando em grupos de interesse opostos, o que pode, por sua vez, colocar em risco a mistura social caso alguns pensem que defenderão melhor seus interesses mantendo uma maior distância dos que se encontram em dificuldade. A questão das relações com os imigrantes é aqui central e nós a discutiremos em um outro texto. As políticas públicas podem reforçar a coesão social, tornando negociáveis as distâncias sociais nas situações de proximidade. Elas podem também, ao contrário, incitar o distanciamento social e provocar indiretamente a efetivação deste.

Notas

1. Cf. Rhein (1994a), para uma apresentação detalhada da evolução histórica destes métodos e dos debates que eles deram lugar.
2. Tese que nós já criticamos, sob outros aspectos, em um artigo precedente (Préteceille, 1995).
3. Encontraremos uma discussão mais detalhada sobre esta questão em Préteceille (2004).

4. Pode interessar também a segregação no espaço de trabalho (ver, por exemplo, Préteceille *et al.*, 2005), assim como as desigualdades de acesso ou de uso de diferentes tipos de espaço.

5. A tradução metodológica de tal perspectiva supõe definições empíricas adequadas. Na França a definição de áreas urbanas pelo INSEE (Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos) corresponde muito bem à abordagem da unidade funcional econômica da cidade.

6. Para uma discussão destes métodos, de suas evoluções, vantagens, inconvenientes, cf. Rhein (1994a), e Préteceille (2004).

7. Citemos os trabalhos de J. Logan sobre as metrópoles americanas, onde ele calculou para cada uma delas os índices de dissimilaridade entre rendas baixas, médias e altas. <http://mumford.albany.edu/census/segregation/home.htm>

8. Em um artigo recente, S. Musterd (2005) compara os pobres das 100 maiores cidades dos EUA com os pobres de Anvers, com os desempregados de Lille, com os beneficiários de assistência de Manchester, com os operários de Milão... exercício que parece demasiado vão, já que as diferenças de categorização e da escala de recorte são capazes de induzir diferenças importantes de valor nos índices de segregação.

9. Citemos, dentre os mais marcantes, Musterd e Osterdorf (1998), e Marcuse e Van Kempen (2000).

10. O espaço estudado é a região de Île-de-France, abordagem feita pela deficiência de área urbana em Paris. Os IRIS (Ilôts Regroupés pour l'Information Statistique) constituem determinados grupos de imóveis considerados para a obtenção de informação estatística. Os dados utilizados, extraídos dos recenseamentos, provêm ou de tabelas construídas no âmbito de um estudo feito em cooperação com a direção regional do INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos) Île-de-France para a direção regional de infra-estrutura, ou de tabelas fornecidas pelo Centro Maurice Halbwachs – ADISP.

11. Por razões de validação estatística dos dados que se referem às categorias detalhadas, nós mantivemos apenas os 4398 IRIS, somando mais de 400 ativos. Os outros correspondem a um uso predominantemente outro que o residencial, ou a pequenos distritos rurais ou semi-urbanos, o que descarta 2,4% da população ativa. O coeficiente de divisão de tamanhos é de 37% para este conjunto de IRIS, contra 131% para os 809 distritos e bairros parisienses correspondentes.

12. Cf. Préteceille (2000, 2001 e 2003) para uma discussão teórica desta escolha e uma apresentação do método de construção da variável. Nossa análise refere-se, portanto, ao conjunto da população ativa, homens e mulheres, e abrange também os desempregados. Outras escolhas, que correspondem à exploração de outras hipóteses, como o fizeram, por exemplo, N. Tabard ou C. Rhein são também possíveis. Estas escolhas diferentes são, na minha opinião, complementares. A necessária homogeneidade das variáveis e a natureza

dos dados (que exploram 1/4 do recenseamento) impedem a exploração precisa de mais do que uma hipótese por vez.

13. Os resultados estabelecidos para os anos de 1982-1990 segundo a escala dos distritos, sem distinguir os desempregados dos trabalhadores precários, já indicavam, contudo, tendências gerais deveras semelhantes.

14. Notemos, aliás, que tal resultado mostra o interesse em utilizar categorias bastante detalhadas: se tivéssemos considerado o conjunto de cargos e profissões intelectuais superiores, teríamos encontrado um resultado que ignoraria as evoluções divergentes entre as diferentes categorias superiores.

15. Artesãos, comerciantes e empresários. Se esta categoria social é bastante pouco segregada no conjunto (salvo os chefes de empresa), isto se dá em parte por sua grande heterogeneidade. Além disso, é verossímil que seus membros, residentes em belos bairros, pertençam à parte superior da categoria social, estando mais próximos da burguesia que da pequena burguesia modesta.

16. Os índices de dissimilaridade com relação a todas as categorias operárias aumentam, igualmente, para os instrutores, mas com distâncias claramente mais fracas, e com relação a todas as categorias operárias, salvo uma, para as profissões da informação, das artes e do espetáculo. Neste último caso, com distâncias ainda mais fracas do que para os instrutores.

17. No que segue, nos apoiamos sobre o cruzamento da tipologia sócio-profissional dos IRIS em 1990 com a tipologia das evoluções de seus perfis sócio-profissionais entre 1990 e 1999, cf. Préteceille (2003).

18. Tabela 2, p. 93: o indicador com relação aos mais graduados, que completaram mais de dois anos de formação universitária, aumenta de 3,0 em 1991 para 3,3 em 2002, e com relação ao primeiro “decil” de remuneração de 2,1 para 2,2.

19. Resultado que nós já havíamos assinalado em um trabalho anterior (Préteceille, 1995).

20. Cujos efetivos diminuíram como no caso dos operários qualificados, e cuja situação residencial assemelha-se mais à destes últimos do que à das profissões intermediárias terciárias.

21. É talvez sobre este ponto que nossa divergência com relação às análises de Eric Marin mostra-se mais forte, e em que nossos resultados invalidam sua tese de que “a segregação social aprisiona os indivíduos em um degradado contexto hermético” (Maurin, 2004:39). Tal divergência resulta ao mesmo tempo, da inadequada escala de definição de vizinhanças, que discutimos mais acima, e da imprecisão das categorias sociais que ele utiliza, ainda que ele reconheça a pertinência da distinção entre cargos de empresa e cargos “públicos”.

22. A tipologia dos IRIS de mais de 400 ativos foi completada por uma tipologia simplificada de pequenos IRIS, cujos tipos reúnem uma população frágil, aproximadamente 1/50 do total, e que oferece, com efeito, resultados semelhantes a respeito deste ponto.

Referências Bibliográficas

- BIHR, A.; PFEFFERKORN, R. **Déchiffrer les inégalités**. Paris: Syros. 1995.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard. 1999.
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard. 1995.
- CHAUVEL, L.; CHENU, A. Entretien avec Oberti, M. et Préteceille, E. "Enjeux et usages des catégories socioprofessionnelles: traditions nationales, comparaisons internationales et standardisation européenne". *In Sociétés Contemporaines*, n° 45-46. 2002. p. 157-186.
- DAVIS, M. **City of quartz**. Excavating the future in Los Angeles. Nova Iorque: Vintage Books. 1992.
- DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, L. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: Éditions La Découverte. 1988.
- DIVERSOS AUTORES. Dossier Enjeux et usages des catégories socioprofessionnelles en Europe. *In Sociétés Contemporaines*, n° 45-46. 2002.
- DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. Residential distribution and occupation stratification. *American Journal of Sociology*, vol. 60, n° 5, 1955, p. 493-503.
- DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. *In Esprit*, n° 258. 1999. p. 87-114.
- DONZELOT, J. La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification. *In Esprit*, n° 303, 2004. p.14-39.
- FREYSSENET, M.; REGAZZOLA, T.; RETEL, J. **Ségrégation spatiale et déplacements sociaux dans l'agglomération parisienne de 1954 à 1968**. Paris: Centre de Sociologie Urbaine. 1971.
- GRAFMEYER, Y. **Quand le Tout-Lyon se compte**. Lignées, alliances, territoires. Lyon: Presses Universitaires de Lyon. 1992.
- JAILLET, M.-C. Peut-on parler de sécession urbaine à propos des villes européennes? *In Esprit*, n° 258, 1999. p. 145-167.
- MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. (org.). **Globalizing cities**. A new spatial order? Oxford: Basil Blackwell. 2000.
- MAURIN, E. **Le ghetto français**. Enquête sur le séparatisme social. Paris: Éditions du Seuil. 2004.
- MENDRAS, H. **La seconde révolution française, 1965-1984**. Paris: Presses Universitaires de France. 1988.
- MUSTERD, S. Social and ethnic segregation in Europe: levels, causes, and effects. *In Journal of Urban Affairs*, n° 27. 2005. p. 331-349.
- MUSTERD, S.; OSTENDORF, W. (orgs.). **Urban segregation and the Welfare State**. Inequality and exclusion in western cities. London: Routledge. 1998.
- OBERTI, M.; PRÉTECEILLE, E. Les classes moyennes dans la ségrégation sociale. Le cas de la métropole parisienne. Paris: Observatoire Sociologique du Changement. 2003. 56 p.
- OBERTI, M. Différenciation sociales et scolaires du territoire: inégalités et configurations locales. *In Sociétés Contemporaines*, n° 59-60. 2005.

- PAHL, R. E. Some remarks on informal work, polarization and the social structure. *In International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 12, n° 2, 1988. p. 247-267.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Dans les beaux quartiers**. Paris: Éditions du Seuil. 1989.
- PRÉTECEILLE, E. Division sociale de l'espace et globalisation. Le cas de la métropole parisienne. *In Sociétés Contemporaines*, n° 22-23, 1995. p. 33-67.
- PRÉTECEILLE, E. **Division sociale et services urbains**. Vol. I: Inégalités et contrastes sociaux en Île-de-France. Paris: Cultures et Sociétés Urbaines. 2000.
- PRÉTECEILLE, E. **Les transformations de la ségrégation sociale en Île-de-France, 1982-90**. Paris: Cultures et Sociétés Urbaines. 2001.
- PRÉTECEILLE, E. La division sociale de l'espace francilien. Typologie socio-professionnelle 1999 et transformations de l'espace résidentiel 1990-99. Paris: Observatoire Sociologique du Changement, FNSP-CNRS. 2003.
- PRÉTECEILLE, E. Définir et analyser la ségrégation sociale. **Les mécanismes fonciers de la ségrégation**. Paris: ADEF. 2004. p. 9-29.
- PRÉTECEILLE, E.; RAKOTOMALALA, M.-J.; RESPLANDY, M.; CALZADA, C. Structures sociales des espaces résidentiels et de travail en Île-de-France en 1999. *In* BUISSON, M.-A.; MIGNOT, D. (orgs.). **Concentration économique et ségrégation spatiale**. Bruxelles: De Boeck. 2005. p. 183-199.
- RHEIN, C. La ségrégation et ses mesures. *In* BRUN, J.; RHEIN, C. (orgs.). **La ségrégation dans la ville**. Paris: L'Harmattan. 1994a. p. 121-161
- RHEIN, C. La division sociale de l'espace parisien et son évolution. *In* BRUN, J.; RHEIN, C. (orgs.). **La ségrégation dans la ville**. Paris: L'Harmattan. 1994b. p. 229-257
- RHEIN, C. De l'anamorphose en démographie. Polarisation sociale et flux scolaires dans la métropole parisienne. *In Annales de la Recherche Urbaine*, n° 75. 1997. p. 59-69.
- RHEIN, C. Globalisation, social change and minorities in Metropolitan Paris: The emergence of new class patterns". *In Urban Studies*, n° 35. 1998a. p. 429-447.
- RHEIN, C. The working class, minorities and housing in Paris, the rise of fragmentations. *In Geo-Journal*, n° 46, 1998b. p. 51-62.
- SASSEN, S. **The global city**. New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press. 1991.
- SINGLY, F. DE; THÉLOT, C. **Gens du privé, gens du public. La grande différence**. Paris: Dunod. 1988.
- TABARD, N. Des quartiers pauvres aux banlieues aisées: une représentation sociale du territoire. *In Économie et Statistique*, n° 270, 1993. p. 5-22.
- TABARD, N. Représentation socio-économique du territoire. Typologie des quartiers et communes selon la profession et l'activité économique de leurs habitants. France métropolitaine, recensement de 1999. Paris: INSEE. 2002.
- WILSON, W. J. **The truly disadvantaged**. The inner city, the underclass and public policy. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.
- ZALIO, P.-P. **Grandes familles de Marseille au XXe siècle**. Paris: Belin. 1999.

Anexo

Definição do índice de dissimilaridade:

O índice de dissimilaridade entre duas categorias x e y é calculado segundo a fórmula a seguir, onde x_i e y_i são os efetivos de suas categorias na unidade espacial i , X e Y seus efetivos totais e n o número de unidades:

O índice de segregação de uma categoria x é o índice de dissimilaridade entre esta categoria e o conjunto de outras, ou, por aproximação, o total da população considerada.

Tabela 1
Índices de segregação e efetivos das categorias sociais IRIS – Île-de-France, 1990-99

Classes Sociais (CS)	IS 1990	IS 1999	Var IS	PA 1990	PA 1999	Var PA
Agricultores	0,851	0,856	1 %	7 312	4 456	-39 %
Artesãos	0,242	0,236	-3 %	119 214	98 212	18 %
Comerciantes	0,262	0,255	-3 %	124 342	115 374	-7 %
Empresários	0,442	0,435	-2 %	47 328	38 950	-18 %
Prof. Liberais (não assalariados)	0,415	0,409	-1 %	89 154	99 276	11 %
Prof. Liberais (salarizados)	0,775	0,677	-14 %	4 924	7 890	60 %
Cargos de função pública	0,325	0,304	-7 %	88 768	102 221	15 %
Professores e profissões científicas	0,342	0,319	-7 %	128 193	137 896	8 %
Profissionais da informação, artes e espetáculos	0,450	0,435	-3 %	49 876	47 013	-6 %
Cargos adm. e com. de empresa	0,292	0,315	7 %	317 921	326 386	3 %
Engenheiros e cargos técnicos de empresa	0,268	0,277	3 %	245 060	276 329	13 %
Prof. Intermediários (não assalariados)	0,398	0,366	-9 %	31 837	38 621	21 %
Instrutores e similares	0,209	0,209	0 %	125 569	121 146	-4 %
Prof. int. da saúde e do trabalho social	0,207	0,193	-7 %	121 500	137 588	13 %
Clérigo, religioso	0,818	0,876	7 %	7 284	2 682	-63 %
Prof. int. admin. da função pública	0,266	0,248	7 %	92 168	90 778	2 %

Prof. int. admin. e com. de empresa	0,140	0,140	0 %	376 505	413 421	10 %
Técnicos	0,214	0,208	3 %	176 081	174 954	1 %
Contra-mestres e gerentes	0,252	0,266	5 %	100 837	90 537	10 %
Funcionários civis e agentes de serviços da função pública	0,196	0,208	6 %	349 811	343 995	-2 %
Policiais e militares	0,330	0,301	10 %	85 232	95 117	12 %
Funcionários administrativos de empresa	0,131	0,146	10 %	499 282	385 715	23 %
Funcionários do comércio	0,190	0,189	-1 %	122 708	131 444	7 %
Pessoal de serviços diretos prestados a particulares	0,189	0,163	16 %	194 013	235 333	21 %
Operários qualificados de tipo industrial	0,252	0,293	14 %	188 418	119 053	-37 %
Operários qualificados de tipo artesanal	0,190	0,209	9 %	235 802	186 663	21 %
Motoristas	0,264	0,295	11 %	95 331	82 160	-14 %
Operários qualificados de manutenção, do comércio e do transporte	0,325	0,351	7 %	60 997	49 001	-20 %
Operários não qualificados de tipo industrial	0,327	0,332	2 %	165 164	109 348	-34 %
Operários não qualificados de tipo artesanal	0,276	0,304	9 %	127 441	101 258	-21 %
Operários agrícolas	0,823	0,832	1 %	5 284	4 031	-24 %
Aprendizes	0,360	0,298	-21 %	29 201	49 115	68 %
Temporários	0,282	0,276	-2 %	49 328	66 859	36 %
Cargos e profissões intelectuais superiores CDD	0,444	0,395	-12 %	33 420	72 107	116 %
Profissões intermediárias CDD	0,281	0,211	-33 %	42 633	90 937	113 %
Funcionários CDD	0,211	0,183	-15 %	81 209	126 861	56 %
Operários CDD	0,306	0,314	2 %	61 114	62 128	2 %

Agricultores desempregados	0,983	0,975	-1 %	264	434	64 %
Artesãos, comerciantes e empresários desempregados	0,556	0,393	-42 %	11 736	22 253	90 %
Desempregados dos cargos e de profissões intelectuais superiores	0,402	0,344	-17 %	36 388	53 229	46 %
Desempregados das profissões intermediárias	0,256	0,188	-36 %	62 068	107 702	74 %
Desempregados exercendo algum tipo de trabalho	0,198	0,217	9 %	162 450	202 519	25 %
Operários desempregados	0,311	0,321	3 %	149 425	179 232	20 %
Desempregados que nunca trabalharam	0,383	0,359	-6 %	41 685	56 690	36 %

Sucessivamente: índices de segregação segundo os IRIS em 1990 e 1999, variação relativa do índice de segregação entre estas duas datas, efetivos em 1990 e 1999 e variação relativa dos efetivos entre estas duas datas. CDD (contrato de trabalho determinado).